

MOVIMENTO INDÍGENA DE RORAIMA

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2023

“O FUTURO INDÍGENA É HOJE - SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ DEMOCRACIA”

Nós lideranças, Tuxauas, coordenadores, professores, estudantes, acadêmicos, mulheres, jovens, conselheiros, pajés, artistas, artesãos, agricultores, operadores em direito, agentes ambientais, comunicadores, crianças e diretores dos povos Wapichana, Macuxi, Taurepang, Wai Wai, Patamona, Saporá, Ingaricó, Yanomami e Ye`kuana, reunidos na 4ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL/RR), seguindo a Mobilização Nacional, na praça "Ovelário *Tames Macuxi*", no centro de Boa Vista, estado de Roraima, entre nos dias 24 a 28 de abril, vimos manifestar, exigir e mostrar nossa resistência de 523 anos perante o estado brasileiro e ao mundo, para ecoar que **“O FUTURO INDÍGENA É HOJE - SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ DEMOCRACIA”**:

O nosso Acampamento Terra Livre (ATL), reconhece o esforço do governo em atender as reivindicações do Movimento Indígena, a começar pela criação do Ministério dos Povos Indígenas, tendo como ministra, Sonia Guajajara; da nomeação da ex deputada Federal Joenia para Presidência da Funai, de Ricardo Weiber para SESAI e dos demais parentes que ocuparam os órgãos do executivo nos estados, em Roraima, a Sra. Marizete Macuxi para coordenação regional da Funai, Zelandes Patamona para o Distrito Leste de Roraima; Leonardo Pereira e Maria Deolícia que assumiram o Departamento de Educação Indígena no estado. Mas queremos enfatizar que “Governo é governo; Movimento Indígena é movimento indígena”. Vamos fortalecer e contribuir com as nossas lideranças nesses espaços, mas não aceitaremos imposições e nem atos contrários aos nossos direitos;

Esperamos que o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, relacionado ao caso da Terra Indígena Ibirama Laklanõ, do povo Xokleng, conhecido como “Marco Temporal”, marcado para o dia 7 de junho, conforme anunciado pela ministra-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, reafirme a interpretação da Constituição brasileira de acordo com a tese do Indigenato (Direito Originário) e que enterre em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Marco Temporal. Pois o processo histórico de violência, a invasão de nossas terras, a impunidade e à discriminação nos levaram a sair de nossos territórios e muitas das vezes forçados a esconder nossas identidades, além da morosidade do governo federal em demarcar nossos territórios. Se prevalecer o entendimento da tese do Marco Temporal, nossa sobrevivência e o futuro de nossas gerações estarão em grave risco.

Reafirmamos nossa luta para impedir o avanço de medidas legislativas no Congresso Nacional, infelizmente tomada por uma parcela anti indígena, que atentam contra os direitos territoriais como: PL 490/2007 (Marco Temporal); PL 191/2020 (Mineração em Terras Indígenas); PL 6299/2002 (PL do Veneno); PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras); PL 3729/2004 - agora no senado como PL nº 2159/2021 (Licenciamento ambiental); E PDL 177/2021 (Denúncia da convenção 169 da OIT).

Outra razão que nos une é a luta pela vida dos povos indígenas, especialmente, vida do povo Yanomami que passa pela grave crise humanitária em decorrência do garimpo ilegal. No início do atual governo acompanhamos as operações de retirada de garimpeiros, destruições de equipamentos e a atuação de agentes, como Polícia Federal, Ibama, Funai e demais, porém, ainda não é suficiente. O garimpo ilegal continua e continua mantendo e violando mulheres e crianças Yanomami, seja pela doença, garimpo e até mesmo pela fome, provocados pelas invasões.

Reconhecemos o esforço do governo federal de retirar os garimpeiros da terra indígena Yanomami, mas também é preciso fiscalização e operação em outras terras indígenas, como Raposa Serra do Sol e Wai-Wai, para onde os garimpeiros estão fugindo e se instalando.

Ainda somos alvos de racismo e discriminação por manifestar nossa cultura e identidade, inclusive por autoridades públicas que deviam zelar e proteger a população. Fomos por 04 anos violentados por um presidente da República declaradamente anti indígena e não foi diferente em nosso estado de Roraima, fomos atacados pelo governador, que nos vê como “bicho do mato”, e por duas vezes sancionou Leis contra o meio ambiente, visando atender garimpeiros e seus aliados.

Nossas lideranças estão sendo criminalizadas por defender seu território, como ocorre na Terra indígena Pium, região Tabaito e lideranças da comunidade Pium, da Serra da Lua. Além dos crimes cometidos na Raposa Serra do Sol, que estão na iminência de prescrição, como a destruição das comunidades Brilho do Sol, Homologação e Jawari em 2004, incêndio do Centro de Formação em 2005. Tentativa de assassinato do caso dez irmãos em 2008, a invasão da comunidade São Miguel em 2004, além de recentes violências contra as comunidades de Tabatinga, na TI RSS e Pium, região Tabaito.

Além de criminalizadas, nossas lideranças também estão ameaçadas, inclusive de morte. Para evitarmos mais registros nos dados de mortes, é necessário um programa de proteção específico às lideranças dentro do seu próprio território. Não precisamos sair das nossas casas e da nossa comunidade, por estarmos defendendo o nosso território.

DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO DOS NOSSOS TERRITÓRIOS

- O governo brasileiro precisa com urgência agir e não mais protelar a demarcação de nossos territórios. Não queremos só palavras, porque já estamos cansados disso, queremos ações concretas e efetivas para demarcar as terras indígenas ANZOL, ARAPUÁ E PIRITITI. Essas

terras estão com o pedido de reconhecimento, porém, os trabalhos ainda não iniciaram. Além disso reivindicamos agilidade dos 23 pedidos de reestudo de áreas formalizadas junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), porém, sem providências e respostas: Pium, Anta, Barata-Livramento, Boqueirão, Mangueira, Sucuba e Raimundão, Araçá, Aningal, Ponta da Serra Cajueiro e Ananás, Malacacheta, Jabuti, Canauanim, Tabalascada, Moscou, Muriru, Bom Jesus e Manoá - Pium, Serra da Moça e Truaru da Cabeceira.

- O governo do Presidente Lula, deve garantir recursos suficientes para FUNAI iniciar os trabalhos de identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final do seu mandato; Além de Elaboração de um Plano estratégico para imediata desintrusão de todos os fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores das terras indígenas, a começar pela TI Yanomami, com a participação de nossas lideranças e organizações indígenas. Existem também pendências de desintrusão na terra indígena Raposa Serra do Sol.

BEM VIVER E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Denunciamos os impactos ambientais com a expansão da soja e de outras monoculturas, produzidas com uso de agrotóxicos altamente contaminadores que são jogados nas áreas de plantações próximas às comunidades indígenas. Da mesma forma, a contaminação dos principais rios do nosso Estado, como o Uraricoera, Branco, Mucajaí e outros em decorrência do uso de mercúrio no garimpo ilegal na terra indígena Yanomami.

- O estado brasileiro precisa reconhecer a contribuição dos Povos Indígenas na preservação da biodiversidade brasileira e do mundo. Por isso, o governo deve criar instrumentos para reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando nossas iniciativas, como as brigadas indígenas, e aprovação do PL 2936/2022 que regulamenta as atividades de agentes ambientais.

- O governo deve garantir orçamento para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e outros programas sociais voltados a garantir a nossa soberania alimentar e os nossos modos de produção com linha créditos específicos, conforme nossas prioridades aprovadas em nossos Plano de vida (PGTA);

- Somos contra a construção da Hidrelétrica do Bem Querer, que vai trazer impactos graves para os povos indígenas e para toda a população de Roraima;

POLÍTICAS SOCIAIS: SAÚDE E EDUCAÇÃO

- Demandamos às instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESAI, reestruturação adequada e com dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, e sem ingerência política partidária.

- Reivindicamos a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas, nos hospitais do estado e na Casai Yanomami e Distrito Leste;
- Reivindicamos maior investimento na construção, reforma, ampliação e mobília de nossas escolas e postos de saúde. Ao tempo, que seja garantido recursos para reforma do Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), que é um espaço das comunidades na formação de novas lideranças, inclusive, pretendemos transformar em Ensino Superior dos povos indígenas.
- Que o Congresso Nacional aprove o Projeto de Lei 3514/19 que regulamenta as profissões de agente indígena de saúde (AIS) e de agente indígena de saneamento (Aisan), no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

Por um Brasil mais democrático, sem Marco Temporal e demarcação já!

Boa Vista/RR, 24 de abril de 2023